

Conservação da biodiversidade: do global à prática

Um dos princípios de ouro da conservação da natureza é a impossibilidade de proteger tudo o que é natural. Assim, torna-se crítico identificar quais as áreas que devem ser protegidas, de modo a minimizar as perdas de biodiversidade, tarefa na qual a ciência pode prestar um contributo importante.

Actualmente muitos cientistas limitam-se a fazer investigação segundo os seus interesses ou que permita publicar nos jornais científicos de maior impacto, negligenciando as instituições que trabalham no terreno. Desta forma muita da ciência feita em redor da seleção de áreas a proteger tem procurado uma abordagem o mais global possível, o que é apenas parcialmente relevante para a implementação de medidas no terreno. Um bom exemplo desta situação foi o debate académico que se seguiu à publicação do mapa dos “hotspots” (em português pontos quentes) de biodiversidade. Em 2000, a organização não governamental (ONG) americana Conservation International (CI) apresentou este mapa que identificava os locais do planeta onde a biodiversidade estaria simultaneamente mais concentrada e mais ameaçada e onde portanto iria focar os seus esforços conservacionistas. Neste processo a organização tentou legitimar o estudo através da publicação num dos jornais científicos de maior proeminência e ao mesmo tempo escamotear as três falhas principais do esquema.

A primeira é o facto do referido mapa ter sido obtido a partir de dados com muitas lacunas, por pura e simplesmente existem muitas áreas do mundo onde a informação não está disponível.

A segunda é o facto, de não incluir dados socioeconómicos como o custo de implementação ou a densidade populacional, o que afecta seriamente a aplicabilidade do esquema.

A terceira é que, sendo uma análise global, cada um dos já referidos “pontos quentes” é demasiado grande para ser completamente protegido e por isso o mapa é apenas o primeiro passo para identificar unidades

espaciais a uma escala em que pudessem, efectivamente, ser alvo de medidas de conservação.

É verdade que estas limitações não tiveram impacto na missão principal, mas nunca assumida, do esquema dos “hotspots”, a angariação de fundos usando como imagem de marca uma análise espacial de larga escala que identificava as áreas que a CI ia privilegiar. Em conclusão, o mapa dos “hotspots” foi responsável pela angariação de mais de 750 milhões de dólares. Contudo, a grande publicidade gerada à volta do mapa levou a que muitos académicos, esquecendo a verdadeira missão do esquema, questionassem esta abordagem e se dedicassem a expor as suas falhas técnicas. Este facto teve como consequência uma profusão de estudos que, na realidade, em nada contribuíram para a implementação de medidas de conservação no terreno mas que se limitaram a tentar refutar cientificamente um esquema que era na sua essência um exercício de marketing.

Abordagem local

A identificação de áreas prioritárias para a conservação tem sido liderada por ONG como a Birdlife International, World Wide Fund for Nature (WWF) e a já mencionada Conservation International. Contudo é importante ter em conta que cada uma destas organizações, dado a sua constante necessidade de angariar fundos, tem de responder aos seus membros e patrocinadores. Por isso as suas prioridades raramente coincidem entre si ou com as dos conservacionistas no terreno. Esta situação é exacerbada pelo facto de, nos países em vias de desenvolvimento onde

está concentrada a maioria da biodiversidade, as entidades no terreno, usualmente de cariz governamental, serem na generalidade fracas, pouco capacitadas e permeáveis à corrupção. Esta conjuntura torna as referidas agências aliados pouco credíveis quando se trata de implementar medidas no terreno. Por estas razões muitos dos projectos de conservação em países em vias de desenvolvimento são liderados por estrangeiros. Esta situação distancia os esforços de conservação da realidade política e social no terreno e faz com que a conservação da biodiversidade seja tratada como um assunto de menor importância. Assim, é necessária uma mudança radical do actual sistema que rege a ciência e o financiamento que suporta a conservação da biodiversidade.

Em termos de formação será essencial contar com o conhecimento técnico de cientistas e académicos e assegurar uma interacção construtiva com as agências locais. Isto permitirá não só que a ciência produzida seja relevante ao nível da implementação no terreno, mas também uma adequada formação aos técnicos responsáveis por implementar essa mesma ciência. Este processo permitirá, às agências locais desenvolver, a longo prazo, a sua própria visão acerca da melhor maneira de implementar planos para a conservação da biodiversidade. Aliado a isto, e de forma a incentivar a comunidade científica, terá de haver uma mudança dos critérios usados pelos jornais científicos para a publicação de manuscritos, de forma a equiparar artigos com uma dimensão aplicada a artigos de âmbito global.

Em termos de financiamento, os patrocinadores deverão considerar financiar

directamente agências locais, tendo em conta as suas necessidades mais específicas como o treino e formação do “staff”.

Actualmente o financiamento para os projectos de conservação tende a ser preferencialmente canalizado através das grandes ONG internacionais e nessa condição muitos países continuam a ter instituições locais fracas e sem capacidade de implementação. É no entanto importante ressaltar que esta mudança terá de ser feita de forma gradual e assistida, tendo em conta as fragilidades que existem actualmente em algumas agências locais e regionais.

Neste sentido, seria de extrema importância a criação de um corpo independente para a coordenação da investigação e financiamento para projectos de protecção da biodiversidade a nível global de forma a maximizar o uso do conhecimento disponível e a garantir um correcto uso dos fundos, considerando uma fusão entre os actuais Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC em inglês) e Banco Mundial. É crucial aproveitar o corrente “Ano Internacional para a Biodiversidade” para pôr os vários agentes envolvidos na conservação da biodiversidade a “remar para o mesmo lado”. Só assim poderemos continuar esperançados em salvar para as futuras gerações o que de mais belo tem o nosso planeta.

Por Diogo Veríssimo

Este artigo foi escrito com base em Smith, R., Veríssimo, D., Leader-Williams, N., Cowling, R., & Knight, A. (2009). Let the locals lead Nature, 462 (7271), 280-281.
As opiniões expressas são apenas do autor.

Gansos-patola